



Mais uma candidata pede registro à Justiça Eleitoral

Caso o partido não tenha pedido o registro no prazo, os próprios candidatos podem encaminhar requerimento à Justiça Eleitoral para oficializar a candidatura. Mas só até sexta-feira (7/7), conforme o artigo 11 da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições).

Foi o que fez a empresária Ana Maria Teixeira Rangel, do PRP — Partido Republicano Progressista. Na quinta-feira (6/7), ela pediu o registro de sua candidatura à Presidência da República ao Tribunal Superior Eleitoral. A candidata à vice-presidência é Delma Gama e Narici. Ela é advogada, tem 62 anos e nasceu na Bahia. A estimativa de gasto com a campanha é de R\$ 150 milhões.

Ana Maria Rangel é cientista política, carioca, tem 49 anos e uma polêmica candidatura à Presidência. Para garantir que ela concorreria nas eleições de 2006, o presidente do partido, Osvaldo Rezende, pediu R\$ 3 milhões. Ela gravou a negociação e entregou as conversas ao Ministério Público Federal, no dia 30 de junho.

De acordo com a *Agência Globo*, Rezende negou as acusações. O procurador da República de São Paulo notificou o procurador de Brasília.

Fora do partido

O PRP entregou ao Tribunal Superior Eleitoral a ata da Comissão Executiva Nacional do partido, que tornou sem efeito a ata da Convenção Nacional do dia 29 de junho.

O partido também afirma que decidiu anular a deliberação da escolha de candidatos a presidente e vice-presidente da República e determinar a abertura de processo para expulsar a filiada Ana Maria Teixeira Rangel, “por infringir a ética partidária”.

Segundo a ata, a decisão foi tomada “tendo em vista os recentes acontecimentos e notícias envolvendo o lançamento de chapa para concorrer à eleição de presidente e vice-presidente da República, diante do noticiário em rede nacional em que acusa o partido de pretender dar a legenda à filiada Ana Maria Teixeira Rangel, mediante troca por vantagem indevida ou ilícita, que atinge ainda a figura de alguns dirigentes partidários”.

Date Created

06/07/2006